

En Doiro,
antr'o Porto e Gaia

Estudos de Literatura Medieval Ibérica



Organização

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

revisão editorial

RAFAELA DA CÂMARA SILVA



estratégias criativas

PORTO

En Doiro, antr'o Porto e Gaia

Estudos de Literatura Medieval Ibérica





RETÓRICA E HISTORIOGRAFIA EM RUI DE PINA (D. SANCHO I, D. AFONSO II E D. SANCHO II)

MANUEL RAMOS

Faculdade de Letras da U. Porto (DEPER & Instituto de Filosofia)

manuel.ramos2@gmail.com

1. Como na Antiguidade a historiografia carecia de tratamento teórico específico, os seus cultores trabalharam a partir da *mimesis* de modelos literários. O principal deles, que sofrera abundante teorização, era a normativa retórica que tanto regulava o discurso em geral, como abarcava o discurso poético e o histórico. Por esse facto, os cultores da história, ao escreverem, dedicavam tanta atenção à fidelidade aos factos como ao uso de procedimentos retórico-literários que, por vezes, estavam mais ao serviço do deleite dos leitores do que da verdade.

Na Idade Média, a História, continuando a não ser uma disciplina autónoma, como no período clássico – a Idade Média criou variadas *artes*, mas não criou uma *ars historiae* –, permaneceu sob a influência da teoria retórica, mas recebeu novas influências da cultura medieval: no séc. XII, a influência da composição epistolar (*ars dictaminis*), no séc. XIII, a influência da pregação (*ars praedicandi*); sofreu o impacto da Bíblia e da tradição eclesiástica; beneficiou do desenvolvimento da cronografia e também foi influenciada pelas convenções da poesia épica¹. Três historiadores clássicos passaram a ser modelos de imitação: Tito Lívio, Salústio e Josefus, quer pela metodologia que empregaram, quer pelos processos retórico-literários, os quais passaram a ser típicos da historiografia. Para o caso da crónica portuguesa, foi igualmente influente a historiografia castelhana.

Durante a Idade Média, também exerceu influência no modo de escrever história o compromisso que podia existir entre o historiador e a coroa ou uma família nobre, o que fez do historiador medieval um historiador *engagé*, compromisso que, de alguma forma,

1 Cf. Mathew Kempshall, *Rhetoric and the writing of history, 400-1500*, Manchester – New York, Manchester University Press, 2011; Anthony John Woodman, *Rhetoric in classical historiography*, Londres – Sidney, Croom Helm, 1988; Ernst Breisach (ed.), *Classical Rhetoric and Medieval Historiography*, Kalamazoo, Medieval Institute Publications, 1985; Deborah Mauskopf Deliyannis (ed.), *Historiography in the Middle Ages*, Leiden, Brill, 2003; Nancy Partner (ed.), *Writing Medieval History*, London, Hodder Arnold, 2005.

vai condicionar o seu trabalho por ter de seguir as regras do género epidítico ou laudatório. Rui de Pina foi um desses *historiador engagé* ao serviço de D. Manuel.

2. Foi a Duarte Galvão que D. Manuel incumbiu inicialmente a redação das crónicas dos primeiros reis. Todavia, como apenas escreveu a *Cr. de D. Afonso Henriques* (entre 1495 e 1505), Rui de Pina (1440-1522) foi encarregado pelo mesmo rei de dar continuidade ao trabalho do anterior cronista. Era um homem de confiança de D. João II e de D. Manuel, que foi escrivão, diplomata, guarda-mor da Torre do Tombo, cronista-mor (o terceiro, depois de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara) e, por fim, escritor, em cuja atividade viria a trabalhar nos últimos 30 anos da sua vida.

Conservam-se dele nove crónicas, compostas por esta ordem: D. Afonso V e D. João II (prontas em 1504), depois talvez a de D. Duarte, e só depois é que redigiu as crónicas dos reis da primeira dinastia: D. Sancho I (1514), Afonso II, Sancho II, Afonso III, D. Dinis e Afonso IV (1522)². Não se conserva nada acerca daquilo que compôs sobre D. Manuel e que terá sido aproveitado por Damião de Góis. As primeiras a serem compostas, que correspondem a reis da segunda dinastia, possuem uma narração mais cuidadosa, mais documentada e completa do que as segundas, que são bastante mais simples e modestas quando vistas nas suas fontes e composição estilística. Isso deve-se simplesmente à quantidade e à qualidade das fontes a que o historiador teve acesso: escassas para os primeiros reis e abundantes para os reis da segunda dinastia, e não a qualquer outra razão.

A composição dessas crónicas fazia parte do projeto cultural manuelino, o qual consistia na redação de uma *crónica geral do reino* que abarcaria a memória de todos os reis de Portugal até ao seu tempo. Isso quer dizer que no tempo de *O Venturoso*, não existia uma compilação sistemática da memória dos sete primeiros reis (até D. Afonso IV), razão pela qual encarregou Duarte Galvão da sua composição e, por sua desistência (pois só terminou a *Cr. de D. Afonso Henriques*), Rui de Pina deu-lhe continuação; e não existia tal compilação ou porque se tinha perdido, ou porque nunca foi escrita, tal como se afirma no prólogo de *D. Sancho I* (pp. 9 e 11).

3. Apesar de a arte de composição historiográfica ser uma incumbência do orador, já desde os tempos de Cícero³, em Rui de Pina (ao contrário dos cronistas posteriores) sobressai ainda pouco, sobretudo nas crónicas dos primeiros reis, esse lado retórico e é consensual que ele é um historiador medieval, tal como afirma Lopes de Almeida, na introdução à edição das *Cr. de Rui de Pina*, p. XXII: «Escritor numa época de transição da historiografia, ele ainda não se reveste da toga solene dos humanistas, conserva muito da roupagem da idade anterior, simplicidade e não empolamento».

A provar isso, está, por um lado, o facto de as crónicas dos primeiros reis adotarem uma técnica de composição e organização semelhante (de que a seguir se falará),

2 Rui de Pina, *Crónicas de Rui de Pina*, intr. e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977.

3 *Vid.* Cícero, *De oratore* 2,62-63; *Leges* 1,5; *Orator* 66.

seguirem a ordem cronológica ou temática dos eventos e, em muitos pontos, aproximarem-se «mais dos registos linhagístico e analístico do que do registo propriamente cronístico, o que as torna menos atraentes para estudos de feições retórico-literários»⁴; por outro, são sóbrias nas citações de autores clássicos e rareiam nelas os procedimentos retóricos e argumentativos, que serão exuberantes nos cronistas posteriores, que viram a obra historiográfica como produto literário e retórico.

Além disso, Rui de Pina não pôde contar com o contributo de fontes orais, como Eanes de Zurara (as quais ampliou enormemente e equiparou às documentais), por ter vivido muito depois dos acontecimentos que narra. Rui de Pina também teve de apoiar a composição da sua obra em poucas fontes, o que não deixa de ser uma grande limitação. A principal delas foi a *Cr. de 1419*, minuciosamente estudada por Filipe Moreira⁵, mas também há fontes castelhanas e diversas fontes diplomáticas, analísticas e até mouras. Tal facto acabou por influenciar mais a natureza destas crónicas, no que à brevidade, concisão e organização diz respeito, do que propriamente a formação medieval que o autor recebeu.

Por vezes o autor refere-se às suas fontes, sobretudo em *D. Sancho I*: «Coronicas castelhanas craramente eu ho vi escrito»; «Bulla Rodada autentiqua, e solene, que eu seu Coronista mór vi» (c. I, p. 17); «Coronicas dos Mouros se affirma»; «como nas Coronicas de Castella esto mais larguo, e mais proprio se declara» (IV, 25); «Breve... cuja copia chea de lamentações... escuso declarar aqui» (VI, 30); «testamento, que eu Coronista vi escrito» (XVI, 64). Outras vezes não faz qualquer referência, mas é patente a natureza analística das fontes que consultou. De facto, as primeiras crónicas ainda estão muito marcadas pela influência de fontes de tipo analístico e linhagístico, visível na preocupação em sobrecarregar os acontecimentos com datas, como neste exemplo extraído de *D. Sancho I*, XVI, 63, no qual há amplas referências a fenómenos extremos e suas datas, típicos dos anais⁶:

«E na era de Nosso Senhor de mil e cento e noventa e nove annos antre ha Sexta, e a Noa do dia foy grande, e muito espantozo Cris o Sol (...) e acha-se mais, que depois da era de N. Senhor de mil e duzentos e hum annos, por continuas chuvas, que em todos hos mezes sobrevieram nom se poderam fazer sementeyras (...) e no anno seguinte se mostra, que ElRey D. Sancho mandou de novo edefiquar ho Castello de Monte moor ho novo... e neste anno atée hos dous seguintes se acha aver neste Reyno no maar, e na terra grandes tormentas, e tempestades (...) e neste anno ElRey D. Sancho povorou, e fez de novo ho Castello de Penella, e no anno seguinte de mil

4 Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008, p. 51.

5 Filipe Alves Moreira, *A crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, Lisboa, FCG – FCT, 2013.

6 Há outro exemplo eloquente em *Sancho II*, XIII, 151.

duzentos e oyto, ha vinte, e sinquo dias de Julho, se acha brevemente que ho dito Rey com gente de guerra ordenada tomou ahos Mouros por força ho castello Delvas...».

4. Apesar de escassear esse lado retórico, ainda assim é possível encontrar nas suas crónicas alguns processos artísticos notáveis, quer tenham sido extraídos das fontes escritas de que o historiador se serviu, como é o caso da *Cr. de 1419*, quer tenham por ele sido construídos de raiz, e que é possível encontrar na teoria retórica, na literatura ou na historiografia em geral para adorno da composição. Têm a função de diversificar a narrativa historiográfica e torná-la mais agradável e dramática ao leitor (o escritor retórico é um escritor dramático), elevando o seu interesse no acompanhamento dos factos. Entre esses processos retórico-literários destacam-se:

(a) um prólogo comum a várias crónicas, adornado com a habitual tópica dos prólogos e onde é possível inferir o conceito de história do cronista;

(b) construção de uma narrativa, breve, clara e verosímil, e organização paralela das diferentes crónicas, a qual, em resumo, obedece à seguinte tipologia: introdução (coroação, consorte, filhos, destacando o primogénito, e avaliação geral do reinado com louvor), narração (ações político-militares relevantes) e conclusão (falecimento, testamento, descendência e lugares que fundou);

(c) segmentação das crónicas em capítulos numerados e com sumário, cujo paralelo com a ordenação dos livros da épica cavaleiresca é evidente;

(d) introdução de documentos entre a narrativa como *diplomata et chartae* e sobretudo a intercalação de discursos reais ou fictícios;

(e) intercalação de diálogos forjados dos protagonistas que, não existindo na época clássica, é exclusivo da crónica medieval e é uma clara influência literária;

(f) recurso à descrição (*excursus* ou *digressio*) como forma de *amplificatio* das breves crónicas;

(g) destaque para o maravilhoso cristão e intercalação de orações à divindade.

5. Dada a brevidade e o paralelismo entre as diferentes crónicas, Rui de Pina optou, e bem, por um prólogo comum a todas, colocado no início de *D. Sancho I*. Todavia, sendo o prólogo o lugar mais apropriado para a apresentação do conceito de história do historiador, não se acha nele qualquer informação explícita a esse respeito, mas é possível inferir o que ele pensava acerca da história. É um prólogo oportuno e conectado com a restante obra, não se verificando a insólita situação (que se verifica por exemplo em Salústio) de o prólogo pouco ter a ver com o conteúdo da monografia que antecede.

Rui de Pina começa por contextualizar o surgimento das crónicas dos primeiros reis, referindo, como já foi dito, que a sua redação é uma incumbência do rei D. Manuel, o qual ansiava pela memória escrita dos feitos dos antigos reis, que não existia no seu tempo, quer porque nunca tenha sido escrita, quer porque se tivesse perdido; e Duarte Galvão, a quem tinha sido confiada a tarefa, não foi além da *Cr. de D. Afonso Henriques*, ainda que a sua intenção fosse prosseguir com os reis seguintes. Assim sendo, a sua *Cr. de D. Sancho I* é a continuação natural da crónica do primeiro rei (pp. 9 e 11).

O cronista nada diz acerca do seu conceito de história, como foi referido, mas é possível inferi-lo quando fala da incumbência de D. Manuel: para Rui de Pina a história é um género epidítico ou de louvor, em que se ordenam de forma cronológica não todos os feitos dos reis, mas os gloriosos. Essa concepção de história, assente na narração dos feitos valorosos, leva-o até a tentar reabilitar a figura de D. Sancho II, ao apresentar dele uma imagem bem mais honrosa e digna do que aquela que a *Cr. de 1419* apresentara, como notou Filipe Moreira⁷:

«O reinado de Sancho II é o que menos parece dever à *Crónica de 1419*, em virtude do curioso ponto de vista adoptado pelo redactor: segundo esta versão, o rei, embora não fosse muito rigoroso nas coisas da justiça, era muito virtuoso e deixou o trono *voluntariamente* a seu irmão Afonso, Conde de Bolonha; a sua virtude seria, aliás, publicamente reconhecida pelos muitos milagres que Deus teria feito junto ao seu túmulo de Toledo (...).»

Por isso, as crónicas não narrarão todos os factos, mas antes (aqui vemos como Rui de Pina é um historiador comprometido) as «louvadas memorias, e notaveis feytos» dos reis de Portugal, «muy excellentes em suas obras, e feytos por muy singulares, e dínos», que já foram notados pelos historiadores nacionais e estrangeiros; reis que «foram Catholicos, devotos, e obedientes há Deos, e à Santa Sée Apostoliqua... por seus grandes merecimentos, e louvores... generosos e conquistadores» (pp. 11, 12). Neste ponto vale a pena recordar as palavras de Armindo de Sousa⁸ quando assevera que «é o cronista que decide acerca do relevo dos factos a relatar e omitir, a valorizar ou diminuir, tantas vezes a deturpar... As crónicas são discursos... textos epidícticos carregados de ideologia».

De resto, é a habitual tópica dos prólogos, de que este é fértil:

(a) importância do assunto: «pezo tamanho»; «grande deligencia, que para esta composição se require» (p. 11);

(b) dificuldade da tarefa: «obra tam ardua, e tam difficil como esta»; «grande trabalho, e cuydado do espirito, e das muitas dificuldades» (p. 9);

(c) fraqueza, imperfeição e modéstia do escritor: «cansaço deste grande serviço, por ventura nom conhecido, esforçase ha fraqueza de minhas forças... rudeza de meu engenho... minha piquena possibilidade» (p. 10); «relevar minha imprefeyçam, quanto ha deficuldade de couzas jáa esquecidas, e ha calidade, e grandeza dellas ho require» (p. 12);

(d) esperança de poder cumprir bem a tarefa: «espero prazendo ha Deos, quanto ha hum homem nom suficiente for possivel, que satisfarey com sua graça a vosso mandado» (p. 11);

(e) e sobretudo a majestade e louvor do rei que encomendou a empresa: «Rey muyto excellent» de «obras santas, e justas, e muy virtuosas»; «nunqua para ordenar vos falece

7 Moreira, *A crónica de Portugal de 1419...*, p. 369.

8 Armindo de Sousa, «Os cronistas e o imaginário no séc. xv (Breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)», in *Revista de Ciências Históricas*, IX (1994), pp. 45-46.

saber, e prudencia nem para executar, e comprir forças, e grande poder»; «properidade, e verdadeyra fama de vossos maravilhosos feytos» (p. 9); «vossa muita bondade, e esforço, e grandeza de animo nom foy sómente descobrir novos reynos, novos maares, novas regiões»; «preciozo thezouro de vossas virtudes... tam prefeyta piedade... gloriosos Reys, e rainhas de Portugal de que descendeis» (p. 10).

6. A construção de uma narrativa, breve, clara e verosímil é tanto apanágio da retórica como da historiografia, tal como a organização do texto, que a teoria retórica contemplava na segunda operação retórica - a disposição. No que respeita às crónicas dos primeiros reis, cada reinado revela autonomia, ao contrário da *Cr. de 1419*, a principal fonte, em que os reinados se sucedem sem interrupção, tal como afirma Adelino Calado⁹: a *Cr. de 1419* «é uma crónica geral de Portugal visto não haver qualquer compartimentação correspondente aos vários reinados, que se sucedem sem interrupção e sem marcas de transição. Foram Guarte Galvão e Rui de Pina que converteram a Crónica de Portugal em crónicas individualizadas de reis já no séc. XVI»; e Filipe Moreira¹⁰: «Pina autonomizou cada reinado dedicando-lhes Crónicas específicas e, com isso, abandonou o modelo “Cronica Geral do Reino” pelo modelo “Cronica Real”».

Em termos de organização interna, as três crónicas em estudo mantêm afinidades entre si, pelo que é possível falar de uma macroestrutura ou tipologia de crónica, elemento que desaparecerá nas crónicas seguintes. É habitual (ainda que cada reinado tenha a sua especificidade) começar por uma parte introdutória, habitualmente correspondente ao cap. I, em que se aborda: a coroação do monarca e com que idade; casamento, com identificação da consorte e a nobreza dos pais da noiva; também pode ocorrer a identificação da descendência masculina e feminina; louvor do rei: justiça, coragem, bravura, valentia, prudência, religiosidade..., referindo habitualmente, pelo recurso à tópica retórica (exceto em D. Sancho II¹¹), que «revelou-se ser filho de seu pai», que «foi digno dos antepassados», «sem a mácula da degeneração»; e até recorre à explicação do cognomen do rei.

Segue-se a narração, a começar no cap. II, que vai ocupar a quase totalidade da crónica. Nela ocorre a fixação nos principais acontecimentos político-militares (são os «notáveis feytos» que o prólogo havia referido), que em D. Sancho I é a conquista de Silves (c. VIII-XI); em D. Afonso II, as desavenças com as irmãs Teresa, Mafalda e Sancha (II-III), a conquista de Alcácer (IV-VIII) e a narração da legenda dos cinco frades franciscanos (IX-XVI); e em D. Sancho II é o processo de destituição e a guerra civil com

9 Adelino de Almeida Calado, *Cronica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, p. XXII.

10 Moreira, *A crónica de Portugal de 1419...*, p. 435.

11 Com D. Sancho II, tudo corre mal desde o início, eis porque não há o habitual louvor. É, pelo contrário, um rei sem qualidades: «em cujo coraçam nom ouve há verdadeyra fortaleza» (p. 131); «na exequuçãõ das cousas da justiça era muito brando» (p. 132), «fraqueza de coraçam» (p. 133), que fez um mau casamento, que teve maus conselheiros e, por isso, um mau reinado.

o Conde de Bolonha. O reinado atípico de D. Sancho II também originou uma crónica ligeiramente diferente. Sobretudo existe nela a oposição entre o trágico (início e meio) e o anedótico (parte final). É possível que esse elemento jocoso, do qual também a *Cr. de D. Afonso Henriques* participa, provenha de fontes jogralescas.

Quanto à existência de saltos temporais elevados em todas elas, não significa que não houvesse factos relevantes para contar, mas simplesmente que rarearam as fontes. A consulta de poucas fontes é, na verdade, a grande limitação destas crónicas. Tal minguagem de fontes primárias obrigou ao uso de fontes secundárias disponíveis e que, por vezes, não são muito apropriadas a uma crónica real. É o caso do protagonismo do Bispo de Lisboa na narrativa da conquista de Alcácer do Sal (reinado de D. Afonso II), que acaba por suplantar o rei em importância, e a extensa narração do martírio de cinco frades franciscanos em Marrocos (reinado de D. Afonso II) a qual, numa crónica, só resumidamente deveria vigorar.

O último capítulo é dedicado à conclusão. Nele se aborda, no geral, a descendência masculina e feminina (em último os bastardos), destacando-se o filho herdeiro (assaz desenvolvida em *D. Sancho I*), o falecimento do monarca, testamento e lugares que fundou e a que deu foral. Também pode fazer a transição com a crónica seguinte. Termina com «Deo gratias».

Ainda em termos de organização interna, além da segmentação por reinados, o texto também surge segmentado em capítulos numerados e títulos, cujo paralelo com a ordenação dos livros de épica cavaleiresca é evidente. Na *Cr. de 1419*, a principal fonte de Rui de Pina, também surge o mesmo modelo de sumário, mas com enumeração contínua (de 1-166) e não repartida por reinados. Eis um quadro sinóptico que engloba a *Cr. de 1419* (*D. Sancho II*), o correspondente capítulo de *Rui de Pina* (*Sancho II*) e do título de um capítulo do famoso *Amadis de Gaula*, cujo paralelo com o texto de Pina é evidente e que mostra a organização paralelo dos diferentes textos¹²:

<i>Amadis de Gaula</i>	<i>Crónica de 1419</i> (<i>Reinado de D. Sancho II</i>)	<i>Crónica de D. Sancho II</i> de Rui de Pina
CAPÍTULO III Como el-rei Languines levou consigo o Donzel do Mar e Gandalim, filho de D. Gandales (texto)	74 - Como ho conde dom Afonso foy çerquar Çelorigo e por que se alçou do çerco (texto)	CAPÍTULO X Como ho Conde cercou em Celorigo da Beyra ha Dom Fernão Rodrigues Pacheco, que lhe nom quiz obedecer, e como por cauza de huuma truyta se alevantou o cerco. (texto)

12 As principais fórmulas dos títulos, nos três textos, são: «De como (ho Conde)», «Das (Bullas)», «Como (ElRey)», «Que (fundamento)».

7. É típico do discurso cronístico, já desde Tucídides, a intromissão entre a narrativa de discursos e arengas militares fictícios, mas apresentados como tendo sido proferidos daquele modo. Pelo facto de haver discurso perante uma assembleia, mostra a importância da oratória como prática de persuasão; e por haver uma arenga prévia ao combate, quando o general fazia a revista às tropas, é de concluir que a arenga era uma prática habitual do tempo, tanto do lado cristão como muçulmano. O seu valor retórico é inegável: é a introdução de variação no método narrativo, passando de 3.^a para 1.^a pessoa; é a inclusão de uma paragem para ouvir com mais atenção e é, aparentemente, a passagem da palavra ao protagonista. De igual forma, ao usar as palavras textuais, o historiador é capaz de apresentar uma análise mais profunda e variada dos problemas políticos e sociais que formam a essência do seu assunto e de fornecer as condições psicológicas e morais dos protagonistas e dos ouvintes a quem fala.

No caso da arenga militar, a sua função era inflamar o ânimo dos soldados antes da batalha ou num momento crítico e de desânimo, esconjurar o medo e incitar à luta feroz. Vegécio, no *Tratado de Ciência Militar*, falou da sua importância antes do combate como elemento motivador ou de elevação do moral: «Os soldados ganham força e coragem através de um bom discurso do general» (Livro III, c. XI); e F. García Fitz referiu-se ao seu acicate emotivo: «A la postre, el objetivo era siempre el mismo: trasladar a los guerreros un acicate emotivo que compensase el miedo al dolor y a la muerte y les impeliese a combatir con fiereza»¹³. Todavia, como as reais condições do campo de batalha desaprovavam longos e artificiosos discursos, era de supor que as autênticas arengas militares fossem bastante diferentes daquelas que os historiadores por vezes apresentam nas suas crónicas: muito elaboradas e claramente um *produto* retórico. Todavia, havia limites e não podiam ser uma mera fantasia, sob pena de se tornarem inacreditáveis.

Os discursos podem ser objecto de ampla análise: conteúdo e veracidade histórica; integração na obra historiográfica; necessidade e função para a respectiva obra; fórmula de introdução; tipo de *oratio* quanto ao género: deliberativo ou epidíctico; identificação e retrato do orador e a quem se dirige; reacção dos ouvintes e sucesso em termos de eloquência; *argumentatio* do orador e artificios literários; tipo de estrutura e, por último, se a *oratio* em questão teve um tratamento diferente noutro autor.

Nas três crónicas em análise, encontram-se dois discursos que aparentam estar próximas do discurso original. Ambos já se encontram na *Cr. de 1419*, mas menos desenvolvidos, tal como quase todos os aproveitamentos que Rui de Pina fez daquela crónica. Apesar de serem proferidos pelo mesmo orador, que não é o rei, são bastante diversos entre si: um porque é uma arenga militar e o outro porque é discurso de tipo político. Ambos surgem em momentos em que há necessidade imperiosa de moralizar as tropas e, por isso, são requeridos dotes extraordinários para virar os ouvintes. Daí o seu carácter argumentativo:

13 Francisco García Fitz, «El discurso militar en la historiografía de las cruzadas: la ideología patente», in J. C. Iglesias Zoido (ed.), *Retórica e Historiografía: el discurso militar en la historiografía desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 2007, p. 433.

(a) *epipólesis* de D. Mateus, bispo de Lisboa, aos cruzados estanciados em Lisboa, a convidá-los para o cerco de Alcácer do Sal (*Afonso II*, c. IV, p. 91; cf. *Cr. 1419*, p. 106-107). Não é dirigido a todos mas a «os principaes destes Estrangeiros». Apoia-se na racionalidade do argumento para convencer, pelo que é o discurso do *logos*;

(b) arenga militar de D. Mateus, bispo de Lisboa, às tropas desmoralizadas no cerco de Alcácer (*Afonso II*, VII, 96-97; cf. *Cr. 1419*, p. 110). Apoia-se na figura de quem fala e tenta convencer fazendo valer a pessoa do orador, pelo que é o discurso do *ethos*.

Tendo de optar pela análise de um deles, escolho a *oratio* de D. Mateus, bispo de Lisboa, aos cruzados que, a caminho da «Caza Santa», se refugiaram em Lisboa em razão de uma «tromenta mais aspera». Rigorosamente é uma *epipólesis* por ser discurso perorado a gentes de diferentes nações; por não haver repartição do auditório, pois D. Mateus faz um único discurso aos líderes das várias nações, é uma *epipólesis* de tipo «simples».

O orador apoia o seu discurso numa base argumentativa forte que, em síntese, é a seguinte: para combaterem os mouros, não é preciso irem para a Palestina, pois ali perto (Alcácer) há mouros em terra de cristãos que é preciso combater. Não há orientações táticas. Depois da fórmula de introdução, em que insere sempre um verbo *dicendi*: «depois de ter juntos com seus rogos, e boa humanidade os principaes destes Estrangeiros lhe disse», o discurso é ordenado em:

(a) Vocativo: «Honrados, e devotos Senhores,»

(b) *Captatio benevolentiae*: «Deos sabe que amim peza muito de todolos nojos infortunios, que passastes».

(c) *Narratio*: a tempestade, que não permite que os cruzados sigam em frente, foi propositadamente enviada por Deus com a finalidade de ali combaterem os mouros, o que concederá a Ele louvor e serviço e aos cruzados honra e proveito: «vos é contraíro o tempo para seguides vossa proposta viagem... Deos ho permite assi para alguma cousa de seu louvor, e serviço e tambem, de nossas honras e proveito ...aqui junto ha um Castello em poder de Mouros, que dizem Alcacere, de que esta terra toda que he de Cristãos recebe muito dano»;

(d) *Argumentatio* em favor do cerco e conquista de Alcácer:

o trabalho de cerco de Alcácer «nom he estranho doutros, que emprendestes» e é trabalho que podem fazer: «vejo que podeis fazer»;

o combate aos mouros é obra e serviço de Deus: «pois ha obra, e o serviço he de Deos, elle... vos dara delle bom gualardam» e Deus serve-se com atos e não com palavras: «assâas de verguonhosa cousa serà pubriquardes pelas bocas boom dezejo para ho servir, e has obras... serem disso contrayras»;

a *opportunitas* do «luguar, e tempo se offerecem aguora tam despostos»;

a ociosidade de em Lisboa permanecerem inativos é uma grande perversão: «ella (ouciosidade) he fundamento de todolos peccados, e sepultura dos homens vivos, e corrução de todolos costumes, e propositos virtuosos», ao passo que vós «mostraes serdes devotos, e servidores da Cruz».

(e) Peroração sob a forma de exortação final: «vossas mãos fortes dem aguora verdadeyro testemunho da bondade, e fée de vossos corações, e esta tomada de Alcacere, para que vos convido, e requiero, será com a graça de Deos assás possível».

Depois da prolação da arenga, é costume descrever a reação dos ouvintes e dizer qual o seu sucesso em termos de eloquência e eficácia. Esta, apesar da eloquência e de se centrar em argumentos racionais, causou divisão, «*oppiniam contrayra*», daqueles estrangeiros, já que alguns seguiram viagem («se partiram») e outros, que eram a maior parte («que foram hos mais»), «consentiram na proposiçam» e anuíram ao convite do Bispo.

Além dos discursos apresentados, formais e extensos, também há discursos-síntese ou minidiscursos dirigidos por um líder a uma assembleia ou grupo de combatentes, que não possuem a formalidade das arengas anteriores. Surgem igualmente em momentos críticos e podem ser protagonizados por pessoas que não o rei. Quanto à sua tipologia, possuem vocativo e narração e, no geral, diz-se se foram ou não efazes em termos oratórios. São as seguintes:

(a) Minidiscurso/*epipólesis* do conde Mendo aos cruzados, logo depois da chegada a Silves, incitando-os ao combate, para que os mouros experimentassem a força e o valor dos cristãos (*Sancho I*, VIII, 34; cf. *Cr. 1419*, p. 91);

(b) Minidiscurso/*epipólesis* do rei aos cruzados nos campos de Silves. Perante o desânimo dos portugueses e a insistência dos estrangeiros em prosseguir os combates, o rei perora aos cruzados asseverando que a luta vai continuar (*Sancho I*, XI, 40);

(c) Minidiscurso do conde D. Manrique a D. Fernando de Leão a solicitar que o menino-rei, D. Afonso de Leão, lhe seja retirado e entregue aos condes de Lara e à sua mãe, que é junto de quem as crianças devem estar (*Sancho I*, XIII, 45).

Também há resumo de arengas. O seu valor é grande porque, desprovidos de artificialismos, mostram como era a autêntica arenga medieval:

(a) Resumo da arenga militar que D. Sancho proferiu aos portugueses, em Silves; e resumo das arengas que os prelados estrangeiros proferiram aos seus conterrâneos cruzados (*Sancho I*, X, 37; cf. *Cr. 1419*, p. 93-94), cujo texto aqui se reproduz:

«e vendo ElRey aparelhada desposiçam de cobrar ha Cidade, elle com palavras doces, e promessas de grandes merces, esforçou, e animou todos para o apressado, e nom medroso combate alargando mais has cousas de sua nobresa ahos que melhor, e mais ousadamente naquelle feyto lhes mercessem, e a esto nom ajudou pouquo has santas exhortações, e evidentes exemplos com aprovadas authoridades com que hos Prelados da hoste tambem esforçavam, porque concludiam que ha causa da peleyja era sóomente de Deos cujo gualardam ahos que vissem, e morressem era muito certo que neste mundo teriam honrada fama, e grande louvor, e na outra ha gloria dos Santos para sempre».

Como era de esperar, os combatentes estão repartidos por nacionalidades e há arengas antes do combate com o objetivo de os «esforçar e animar». Todavia são diferentes: o rei, que é leigo, centra-se na recompensa: «palavras doces, e promessas de grandes

merces», prometendo recompensar mais aqueles que mais se esforçarem; os clérigos cruzados recorrem a um discurso de tipo sermão («santas exhortações»), com os habituais meios de prova «exemplos» e «autoridades»; também não omitem a recompensa («guarlardam»), já não material mas espiritual: aos que vissem, honrada fama e grande louvor; aos que morressem, a glória dos Santos para sempre.

8. Outro tipo de documento que pode ser introduzido pelo historiador entre a narrativa historiográfica é a correspondência e os documentos notariais (*diplomata et chartae*). Os primeiros, que não se acham nas crónicas em estudo, são uma herança da historiografia clássica e tanto podem ser reais como fictícios. Quanto aos documentos notariais, dada a abundância na Idade Média – pois são uma das principais fontes historiográficas – é mais provável que todos os que foram intercalados entre a narrativa sejam materiais autênticos. Existe apenas um nas crónicas em estudo:

(a) Juramento do Conde de Bolonha aos concelhos, povos e religiosos, depois de aceitar o governo de Portugal (*Sancho II*, V, 137; cf. *Cr. 1419*, p. 125-27), mas na *Cr. de 1419*, reinado de D. Sancho II, existem vários, entre cartas e bulas¹⁴, os quais Rui de Pina, pela sua extensão, preferiu resumir e não transcrever.

Segue o modelo dos documentos notariais, com:

(1) fórmula de introdução: «teendo has maãos sobre huum livro dos Sanctos Evangelhos, fez solemne juramento nesta fôrma»;

(2) protocolo com identificação do Conde pelo nome e filiação masculina: «Eu Dom Affonso, Conde de Bolonha, filho DelRey Dom Affonso de crara memoria, Rey que foy de Portugal»;

(3) narração a iniciar em «prometo, e juro sobre estes Santos Evangelhos de Deos, que...». A narração, ordenada em vários itens, é dominada por atos ilocutórios compromissivos, por o locutor se comprometer a realizar no futuro o referido ato; o uso do modo conjuntivo hipotético ou desiderativo pretende expressar a sua esperança em cumprir no futuro o juramento: «prometo, e juro», «guarde, e faça guardar», «tire hos maaos costumes», «tire Inquirçam», «faça justiças», «castigue», «defenda, e mantenha», «faça emendar», «reja, e aministre», «faça fazer justiça», «reja todo boom estado». Há na narração uma preocupação especial com a justiça, principal falta do rei deposto.

(4) Não possui escatocolo, mas há referência à assinatura do documento por «todos, que eram presentes».

9. Próximo das arengas, está o uso do diálogo, alegadamente como tendo ocorrido entre os intervenientes. É a alma do conto, novela, romance ou da literatura em geral por conferir vivacidade e dramatismo pela presença das personagens. Sendo inexistente na época clássica e raro na historiografia medieval, é uma das marcas da crónica de Duarte

14 São: Carta do Papa Honório a D. Sancho II (pp. 120-123); Carta do Papa Inocênciao aos senhores de Portugal (pp. 127-28); Carta do Papa Inocênciao aos frades menores do reino (pp. 128-29); Carta de crença do Papa Inocênciao a D. Sancho II (pp. 130-31).

Galvão e de Eanes de Zurara e não é estranho às crónicas de Rui de Pina. Intercalado entre a narrativa historiográfica, confere, por um lado, diversidade à prosa historiográfica, por outro lado, a naturalidade típica da oralidade pelo recurso a interjeições, exclamações, vocativos e interrogações diretas e ainda uma falsa autenticidade por o autor prometer as palavras textuais dos protagonistas. Tal como os documentos introduzidos entre a narrativa historiográfica, também os diálogos estão introduzidos por uma fórmula inicial com o uso de um verbo *dicendi*, para que esse tipo de discurso não se confunda com o do narrador.

De todos os processos retórico-literários, nenhum é tão artificioso e distante da realidade como a intromissão dos diálogos entre a narrativa. De facto, muito raramente terão acontecido da forma como são apresentados; terão antes sido preparados no gabinete do historiador, apelando à sua imaginação e aos conhecimentos da épica, e intrometidos para prazer dos leitores. É também uma influência da novela e da épica cavaleiresca sobre a historiografia e, como já vimos, não é a única. Apesar de serem curtos, a *Cr. de D. Sancho II* é o melhor exemplo de apresentação de um curto diálogo, vivo e fantasioso. Julgamos que isso foi devido à influência de fontes jogralescas. No entanto, dada a sua brevidade, estão muito distantes em vivacidade dos fantasiosos diálogos da *Cr. de D. Afonso Henriques*. De entre os vários, que dependem claramente da sua fonte: a *Cr. de 1419*, vale a pena citar:

(a) Diálogo entre D. Fernam Garcia e D. Sancho II a oferecer-lhe proteção em Trancoso (*Sancho II*, IX, 144; cf. *Cr. 1419*, p. 134-35):

«Dom Fernam Garcia... dice ha ElRey:

– Senhor, voos quereis hir pera Trancozo, como vos tenho requerido?

E ElRey lhe respondeo, *que nom*, e entam tornou D. Fernam Garcia, e dice aho Ifante D. Affonso:

– Senhor, sereis testemunha voos, e esses Senhores, que aqui estaades da oferta, que por meus irmãosos, e por mi vim fazer ha ElRey.

E com dito esto volveo ho rosto contra Dom Diogo Lopes, e a Dom Nuno de Lara, e dicelhes:

– Bem vistes Senhores a offerta, que por limpeza, e lealdade minha, e de meus irmãosos fiz com ElRey, e assi ouvistes ho que tambem dice ha Dom Martim Gil [...]

E logo Dom Affonso se levantou, e dice:

– Martim Gil voos não atentaste no que Dom Fernam Garcia vos dice? ho que deveres de fazer, ca me parece que vos toca por maneyra de traiçam, e nom lhe quereis poer has mãos, como deveis, e vos elle require?

E Dom Martim Gil brevemente dice que, dava pouco por suas palavras vaas [...].»

Além dos escassos diálogos interativos entre duas personagens (combinação de narrativa e drama como na literatura), também há breves falas ou alocações sob a forma de monólogo, mais ou menos extensas, onde não é esperada uma resposta. São dirigidas de

um emissor a um único receptor. Quanto à sua tipologia, são iniciadas por vocativo. São as seguintes:

(a) alocução de D. Afonso Henriques, orgulhoso, ao filho Sancho pela bravura demonstrada no descerco de Santarém, sitiada pelos mouros (*Sancho I*, IV, 25);

(b) alocução do capitão da frota dos cruzados ao bispo de Lisboa, depois da conquista de Alcácer, a lamentar não ter sido recompensado com uma dádiva mais generosa (*Afonso II*, VIII, 99; cf. *Cr. 1419*, p. 112);

(c) alocução de D. Fernam Garcia a D. Sancho II a oferecer a si e aos seus abrigo, excepto a Martim Gil, responsável pela queda do rei (*Sancho II*, IX, 143; cf. *Cr. 1419*, p. 134-35).

Para lá do discurso direto, que pode ser mais ou menos extenso e que pode ser interativo ou sob a forma de monólogo, também é frequente a passagem abupta do discurso direto ao indireto, ambos introduzidos por um verbo *dicendi*. Existe com bastante frequência, é uma marca das crónicas e é portador de grande beleza pela diversidade narrativa que concede ao texto. O uso do discurso indireto também é forma de abreviação do texto historiográfico. Vale a pena referir a:

(a) alocução do alcaide de Coimbra, D. Martim de Freitas, ao Conde de Bolonha, aquando da entrega das chaves do castelo (*Sancho II*, XII, 149; cf. *Cr. 1419*, p. 140-41), que aqui se reproduz:

«Ho Conde foy logo aho Castello, e ho Alcayde abrio logo has portas delle, e tomou ha molher, e ha filha, e has poz fóra dizendo:

– Leixemos este Castello ha cujo hee.

E com esso se poz de joelhos diante ho Conde, e com has chaves delle nas mãos alevantadas lhe dice:

– Senhor, pois ha Deos prouve que ElRey Dom Sancho, vosso irmão falecesse tomay vossas chaves, e vosso Castello, e daqui por diante eu vos servirey, e averei por Rey, e Senhor.

E logo amostrou aho Conde, e aa nobre gente que era com elle has escrituras das diligencias, que em Toledo por sua honra, e descargo fizera, e acertouse, que hum Cavalleyro do Conde, que era prezente dice ha Dom Martim de Freytas: *Que porque não pedia perdam hao Conde, por quanto nojo, e desserviço lhe fizera, e por lhe ferir, e matar tanta gente, denegandolhe tanto tempo ha entrega, e obediencia do Castello, que era seu*».

10. O processo retórico-literário do *excursus* ou *digressio* tem uma grande tradição na historiografia clássica (p. ex., Salústio e César) e medieval. Consiste em entremear na narrativa historiográfica *digressiones* de vários tipos, quer para a amplificar com algo comumente especialmente quando são crónicas breves, quer para criar diversidade narrativa e prazer ao leitor, muitas vezes em eventos político-militares, densos e monótonos, quer ainda com uma finalidade utilitária: levar o leitor à melhor compreensão de um assunto que a seguir será exposto. Todas estas razões são válidas para uma ou mais *digressiones*

das crónicas em estudo, sobretudo pela necessidade de amplificação das breves crónicas e pela razão utilitária. Há *digressiones* maiores e menores. A grande *digressio* é:

(a) *excursus* acerca da vida dos cinco frades franciscanos e martírio em Marrocos (*Afonso II*, c. IX-XVI, p. 99-111; cf. *Cr. 1419*, p. 113-119).

A vida e martírio dos cinco franciscanos sobreviveu em duas fontes, uma portuguesa e mais antiga: *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires de Marrocos*, e outra latina, que depende da anterior e é mais breve: *Legenda Martyrum Marochii*. Rui de Pina parece ter-se servido da fonte latina, tal como afirma: «segundo ha Lenda Santa que deles se lee», mas tem consciência de que há outras fontes: «e segundo ho que mais deles verdadeiramente se acha» (*Afonso II*, IX, 100). O texto de Rui de Pina, porém, é bastante mais breve do que a sua fonte, o que é compreensível, mas é mais extenso do que a narração contida na *Cr. de 1419*. O cronista fixa-se nos milagres operados pelos mártires e, de novo motivado pelo seu conceito de história, dá destaque à família real de Portugal, especialmente a D. Pedro, irmão do rei (que acolheu os frades em Marrocos e, depois do martírio, recolheu os seus restos mortais e os trouxe para Coimbra), e à rainha D. Urraca, benemérita da ordem franciscana.

Há outras *digressiones* menores que o autor introduz, quer por o seu assunto ser oportuno, quer por entroncar com algo que a seguir vai referir. São acontecimentos europeus (cruzadas) ou peninsulares (batalhas de Alarcos e de Navas de Tolosa), especialmente leoneses (p. ex., inimizade entre os Castro e os Lara, entre outros). Isso revela que o cronista dispõe de fontes castelhanas, mas também mostra o gosto de integrar a história de Portugal nos principais acontecimentos europeus e peninsulares, especialmente mostrar a ligação que nestes tempos havia entre o reino de Portugal e o reino de Leão, do qual Portugal se separou. As mais oportunas encontram-se em *D. Sancho I*:

(a) tomada de Jerusalém por Saladino; pregação e organização da I.^a, II.^a e IV.^a Cruzadas para libertar os lugares santos (V-VI, 26-31). A oportunidade desta *digressio* está em entroncar na conquista das cidades a Sul, como é o caso de Silves e de Alcácer;

(b) «dolorosa batalha Delharquos» e de Navas de Tolosa (XII, 42-43);

(c) inimizade entre os Castro e os Lara (XII-XIII, 43-47), com a finalidade de levar o leitor a perceber a razão por que o castelhano D. Pedro Fernandes de Castro, aliado aos mouros, invadiu Portugal. A figura deste nobre também serve para estabelecer ligações com os cinco frades franciscanos: foi com ele que os frades passaram de Sevilha a Marrocos [*Afonso II*, IX-XVI] e foi o infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II e mercenário ao serviço do «Miramolim» de Marrocos, que recolheu os restos mortais dos mártires e os trouxe para Portugal.

Portanto, este tipo de *excursus* é oportuno e tem o objetivo de preparar o leitor para a compreensão de um ou mais episódios da história nacional que a seguir serão referidos.

11. Ao contrário da historiografia antiga, os cronistas medievais deram bom acolhimento ao maravilhoso: maravilhoso cristão (com a intercalação de orações a Deus), quotidiano, político..., matéria que foi do interesse de Jacques Le Goff¹⁵. Os *mirabilia* superabundam na *Cr. de D. Afonso Henriques* e são mais contidos nas crónicas em estudo, no entanto, há três que merecem destaque:

(a) o assalto aos muros de Silves não estava a correr bem: uma escada mal ancorada resvalou e arrastou dois soldados para a morte. Perante a dor e o mau prognóstico, os cristãos recolheram-se de tal forma em oração, que vai ser bem acolhida pela divindade e levar ao êxito (*Sancho I*, X, 38; cf. *Cr. 1419*, p. 94). Tal como na intercalação dos discursos, fala-se do efeito que a oração causou nos devotos: «todos como vestidos doutro mayor esforço logou com grãde aguça concertaram a escada», que levou à conquista da «couraça» da praça;

(b) oração à divindade dentro do discurso do Bispo de Lisboa no cerco de Alcácer (*Afonso II*, VII, 96-97; cf. *Cr. 1419*, p. 110) a qual, de fervorosa, vai conduzir ao maravilhoso: aparição no céu de um homem resplandecente como o sol e alvo como a neve, que tinha inscrito no peito o sinal da cruz de um vermelho vivo. Era a confirmação («bema-venturado prognostiquo») de que os cristãos gozariam do beneplácito da divindade;

(c) a narrativa dos cinco mártires de Marrocos com os seus milagres e aparições (*Afonso II*, IX-XVI; cf. *Cr. 1419*, p. 113-19). Este é um texto propício à narração do maravilhoso: Fr. Berardo, munido de um pau, fez brotar água doce no deserto (XI, 104); a presença das relíquias dos mártires evita um ataque de leões (XIV, 107); a «azemala» que transportava as relíquias indica a D. Pedro e aos seus o caminho mais seguro até Ceuta, evitando dessa forma uma emboscada (XIV, 107-108); a nau que transportava as relíquias no Estreito serve de guia às restantes e evita o seu naufrágio (XIV, 108); o hóspede que acolheu as santas relíquias, em Astorga, paralítico há 30 anos, foi miraculosamente curado depois de invocar a sua proteção (XIV, 108); no ano em que os frades foram mortos, o *Miramolim* de Marrocos experimentou a ira de Deus (XV, 109); apareição de S. Francisco e dos cinco mártires no coro da igreja do mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, onde cantaram as matinas em sufrágio da alma de D. Urraca que acabava de falecer (XV, 110).

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Rui de Pina é um autor tipicamente medieval e as suas crónicas acusam pouca ligação à retórica, a qual foi sempre influente sobre a historiografia. Ainda assim as suas crónicas dos primeiros reis estão dotadas de alguns processos retórico-literários, que são uma herança tanto da historiografia clássica como medieval, e que muito as enriquecem como texto literário. São: o prólogo ao leitor repleto de tópica e onde é possível inferir a sua visão da história; a narração clara, breve e verosímil; as arengas dos protagonistas;

15 Jacques Le Goff, *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*, Lisboa, Ed. 70, 1985.

os *diplomata et chartae* autênticos por serem materiais abundantes; as *digressiones* variadas que são uma das formas de *amplificatio* das curtas crônicas; o uso do discurso direto, do indireto e da associação de discurso direto com o indirecto; maravilhoso cristão. Todos estes processos têm a função de criar beleza e diversidade na narrativa, aumentando o prazer dos leitores.